

Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas Capitais do País

Introdução

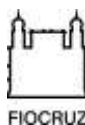
Em 20 de maio de 2010, a Presidência da República publicou o Decreto nº 7.179, instituindo o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, “com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas”. Em dezembro de 2011, em continuidade às ações do Governo Federal, foi lançado o Programa **Crack, É Possível Vencer**, com medidas de integração de ações em três eixos: Prevenção, Cuidado e Autoridade.

Tais iniciativas foram adotadas em vista da gravidade que o consumo do crack representa aos usuários, seja do ponto de vista social e igualmente da saúde. Apesar do uso dessa droga ocorrer, sobretudo, em locais públicos, com aglomeração de pessoas, é certo que havia uma carência de indicadores e informações mais precisas, não só em relação às grandes metrópoles, mas também no que se refere aos municípios de menor porte.

Dessa forma, como parte do Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, foi idealizado, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), um estudo que pudesse delinear o perfil da população usuária de crack e outras formas similares de cocaína fumada (pasta base, merla e “oxi”) no país e também estimar o número desses usuários, trabalho que foi realizado em parceria com Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

Todas as etapas dessa pesquisa foram coordenadas pelos pesquisadores Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e foram aprovadas pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), sob o número CAAE 0073.0.031.000-11, e também pelos diversos Comitês de Éticas dos Municípios/Estados participantes, quando assim o foi exigido. A amostra desse inquérito domiciliar e a análise dos dados foram realizadas, em conjunto, pelos pesquisadores da FIOCRUZ e pelos professores Matthew Salganik e Dennis Feehan, do Escritório de Estudos Populacionais da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América.

Estimar a magnitude de populações denominadas de difícil acesso ou ocultas, como é o caso dos usuários de drogas, é imprescindível, pois a dimensão dessas populações interfere diretamente em como as políticas públicas devem ser desenhadas, focalizadas, financiadas e monitoradas.



Ministério da
Saúde

Secretaria Nacional de
Políticas sobre Drogas

Ministério da
Justiça



Assim, o estudo sobre a estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal foi realizado por meio de inquérito domiciliar de natureza indireta, ou seja, que não teve como foco primário a entrevista com usuários de drogas (método NSUM - *Network Scale-up Method*).

As informações sobre metodologia e principais resultados obtidos nesse componente são apresentadas, de maneira sumarizada, neste documento e, posteriormente, serão disponibilizadas em versão detalhada sob a forma de livro e de artigos científicos.

Estimativa do número de usuários - Inquérito domiciliar

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo para a estimativa do número de usuários de crack e/ou similares é a denominada *Network Scale-up Method* (NSUM) - o único método estatístico disponível, até o momento, capaz de estimar de forma mais precisa quaisquer populações de difícil acesso, ditas “invisíveis”, sem se limitar a extrapolações de populações conhecidas, e sem restrições quanto a estimar indivíduos detidos, presos, hospitalizados, vivendo em locais abrigados (como residências de estudantes, guarnições militares, instituições religiosas etc.), fugitivos da justiça, vítimas de catástrofes naturais¹. Isto é possível, pois trata-se de um método indireto, ou seja, não se pergunta diretamente ao respondente/entrevistado sobre seu próprio comportamento, e sim sobre o comportamento de outros indivíduos pertencentes à rede de contatos do respondente, residentes do mesmo município.

Esta etapa foi realizada em 2012, com aproximadamente 25.000 pessoas, residentes nas capitais do país. Essas pessoas foram visitadas em seus domicílios e responderam a questões sobre suas redes sociais (de uma forma geral e com um foco em usuários de crack e outras drogas).

A pergunta quase natural aqui é o porquê de não ter sido realizado uma amostra do país como um todo. A resposta é simples, embora tenha fundamentos matemáticos e estatísticos refinados: para realização do método *Scale-up*, é necessário dispor de contagem/cadastros (de fontes de dados confiáveis) de cerca de 20 grupos/subgrupos populacionais de cada cidade de interesse. Por exemplo, o número de professores da cidade, de motoristas de ônibus, imigrantes etc. Como não estão dispostos diversos bancos de dados nacionais com tamanho número de informações/subpopulações, não foi possível, neste momento, um estudo de todo o país.

De toda forma, este é o primeiro estudo dessa escala realizado no mundo, com amostra numa ordem de magnitude maior (ou seja, 10 vezes maior) que todos os demais estudos anteriores.

¹ Há inúmeros trabalhos que dizem respeito exatamente a estas populações em: <http://nersp.osg.ufl.edu/~ufruss/scale-up.htm>.

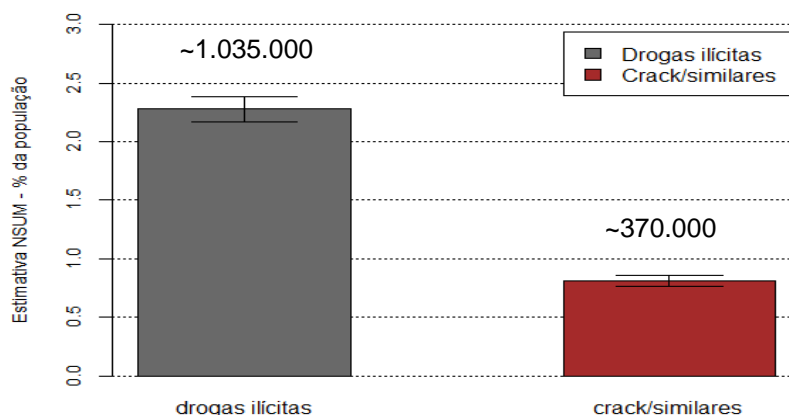
Resultados

Estimamos o número de usuários de “crack e/ou similares” nas 26 capitais do país e Distrito Federal para o ano de 2012. Por “similares do crack”, entenda-se o uso de pasta-base, merla e oxi, que, assim como o crack, são consumidos em cachimbos, latas e copos, ou em outros aparatos similares. Ressalta-se, no entanto, que, o que os entrevistados descrevem como similares do crack, não necessariamente é passível de ser identificado de forma clara do ponto de vista fármaco e toxicológico. Trata-se, portanto, de definições dos próprios consumidores e/ou seus conhecidos, e não dos resultados de análises toxicológicas.

Ainda, para fins deste estudo, utilizou-se a definição de “uso regular” como sendo o uso de droga por pelo menos 25 dias nos últimos 6 meses, sendo esta uma definição da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Cabe observar que não se trata de 25 vezes, mas sim **dias**, pois usuários de algumas substâncias (como cocaína em pó e crack), frequentemente, fazem uso das mesmas de forma repetida, num curto espaço de tempo, no contexto de um mesmo dia.

A estimativa encontrada, então, nas capitais do país e Distrito Federal, para a população desses municípios que consomem crack e/ou similares de forma regular é na proporção de, aproximadamente, 0,81% (Intervalo de Confiança de 95% (IC95%): 0,76 – 0,86), o que representaria cerca de 370 mil usuários. Nesses mesmos municípios, temos que a estimativa para o número de usuários de drogas ilícitas em geral (com exceção da maconha) é de 2,28% (IC95% 2,17-2,38), ou seja, aproximadamente 1 milhão de usuários. Sendo assim, usuários de crack e/ou similares correspondem a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nas capitais do país.

Figura: Estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de drogas ilícitas (exceto maconha) e de "crack e/ou similares", nas capitais do Brasil.

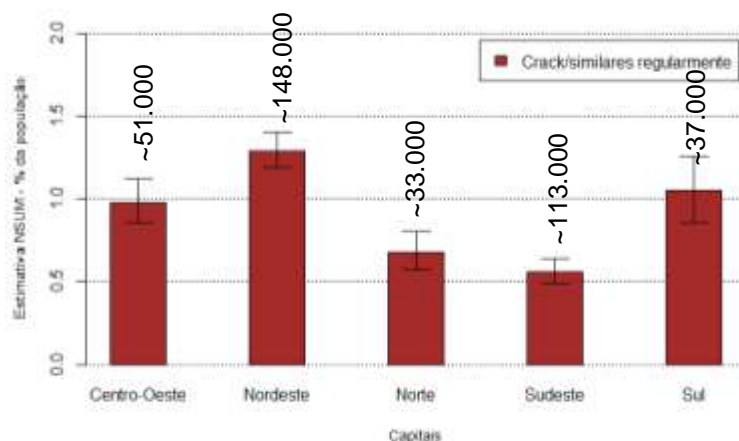


Ao contrário da percepção do senso comum, as estimativas de proporção de usuários de crack e/ou similares não são mais elevadas na região Sudeste, onde, entretanto, o consumo em locais públicos é bastante mais visível devido à magnitude das suas metrópoles e o tamanho expressivo das grandes cenas de uso conhecidas como “cracolândias”. Verifica-se a superposição dos intervalos de confiança das estimativas referentes às regiões Sudeste e Norte, por exemplo. Isso nos indica que, estatisticamente, essas proporções são similares entre as capitais dessas duas macrorregiões.

Contudo, em números absolutos, o número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do Sudeste é mais elevado do que nas capitais da região Norte (aproximadamente 115 mil vs. 35 mil usuários), por aquela ter maior tamanho populacional.

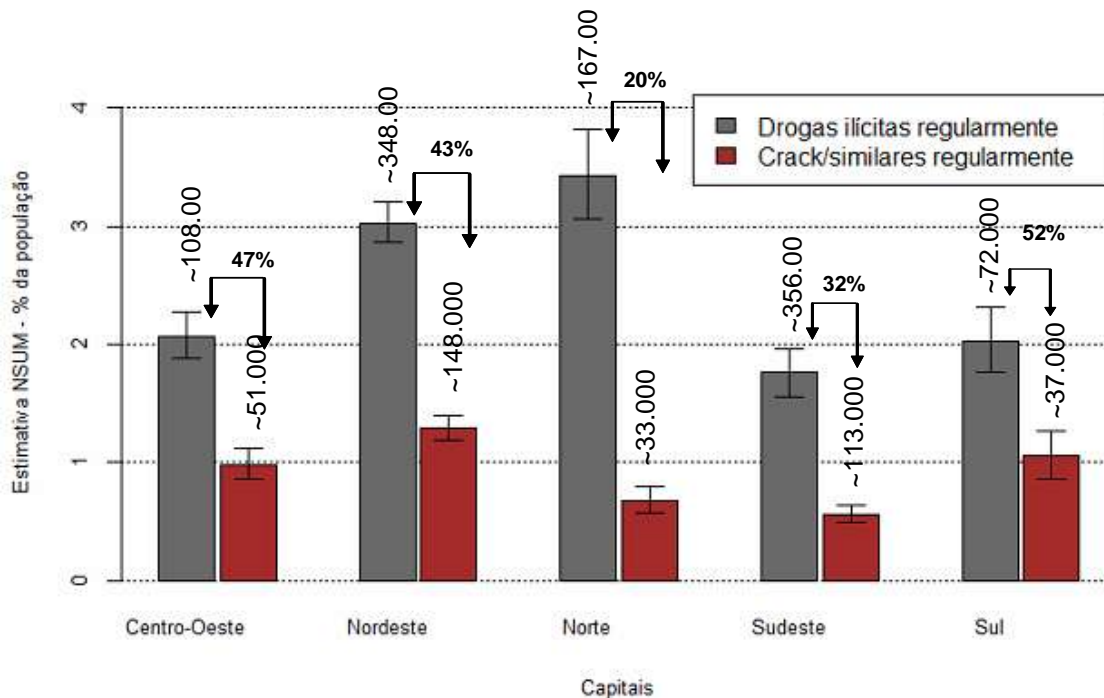
As capitais da região Nordeste, ainda que estatisticamente apresentem proporções similares de uso frente às capitais da região Sul, foram as que apresentaram o maior quantitativo de usuários de crack e/ou similares, quando considerado o uso forma regular dessa droga: cerca de 150 mil pessoas.

Figura: Estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de "crack e/ou similares", nas capitais do Brasil, por macrorregião.



Destaca-se aqui que as estimativas de consumo de crack/similares não correspondem a proporções similares no contexto das diferentes drogas consumidas, nas distintas regiões do país. Existe uma pronunciada variação regional. Nas capitais da região Norte, o crack e/ou similares têm uma participação amplamente minoritária no conjunto de substâncias consumidas (cerca de 20%), mas é bastante expressiva no Sul e Centro-Oeste, onde corresponde a 52% e 47%, respectivamente, de todas as drogas ilícitas (que não a maconha) consumidas nas capitais dessas macrorregiões.

Figura: Estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de drogas ilícitas (exceto maconha) e de "crack e/ou similares", nas capitais do Brasil, por macrorregião.

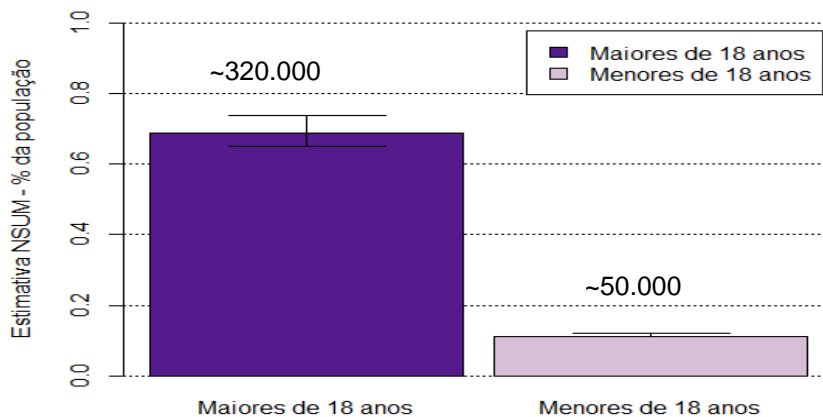


O estudo também avaliou o quantitativo de usuários de crack e/ou similares que são menores de idade. Dessa forma, para as capitais do Brasil, observou-se que dos 0,81% da população que se estimou ser consumidora regular de crack e/ou similares, 0,11% eram crianças e adolescentes; e 0,70% eram maiores de idade.

Dentre os 370 mil usuários de crack e/ou similares estimados, tem-se que cerca de 14% são menores de idade, o que representa aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes que fazem uso dessa substância nas capitais do país.

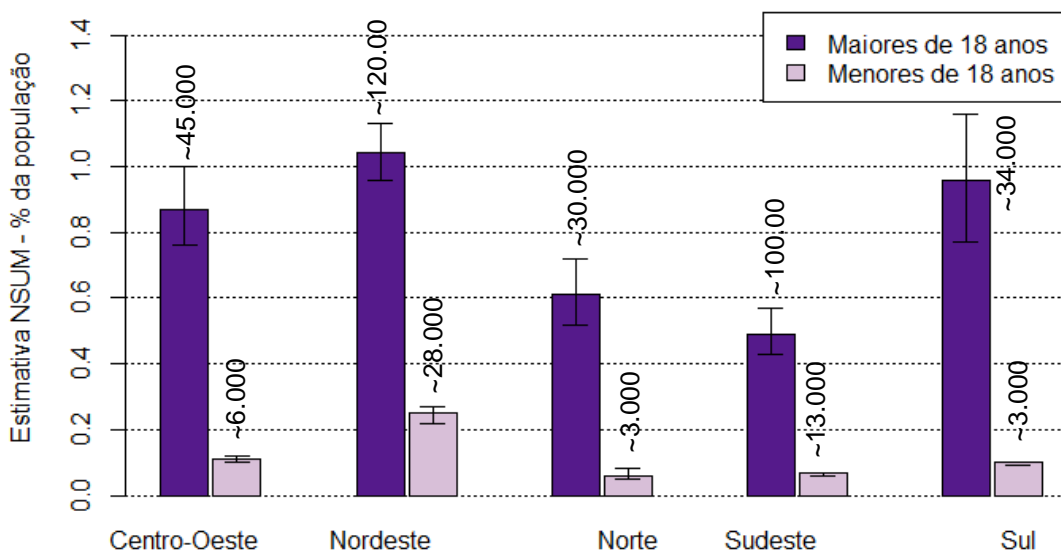
Cabe observar que, qualquer consumo de uma droga cujas consequências são sabidamente graves por parte de crianças e adolescentes constitui um achado particularmente preocupante. Ressalta-se também que a faixa de menores de 18 anos inclui grupos onde o consumo de crack é nulo (por exemplo, bebês menores de 1 ano) ou muito baixa/praticamente zero (por exemplo, crianças até 8 anos). Isso significa que, se fossem excluídas todas essas crianças de idade bastante baixa, o consumo proporcional por parte de adolescentes seria mais relevante e mais elevado, ainda que menor do que o consumo por parte de adultos.

Figura: Estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de "crack e/ou similares", nas capitais do Brasil, por grupo etário, 2012.



Essas proporções de usuários menores de idade variam conforme a região do país. As capitais da região Nordeste são as que somam um maior quantitativo de crianças e adolescentes consumidoras de crack e/ou similares, correspondendo a cerca de 28 mil indivíduos. Enquanto que, nas capitais das regiões Sul e Norte, esse número é de cerca de 3 mil menores de idade, em cada uma dessas regiões.

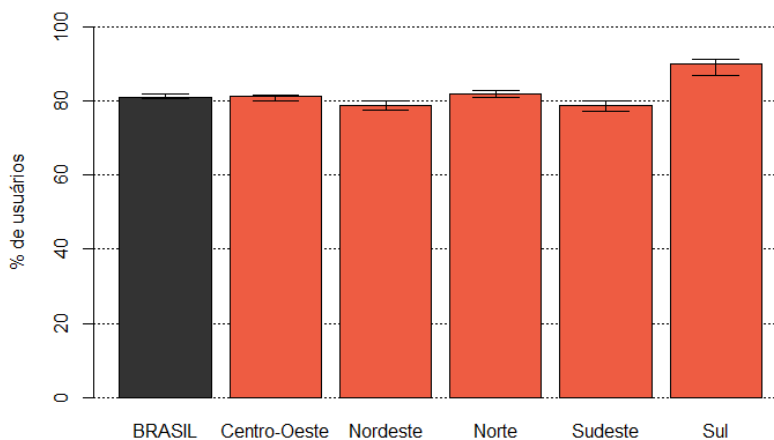
Figura: Estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de "crack e/ou similares", nas capitais do Brasil, por grupo etário, segundo macrorregião, 2012.



Praticamente não há diferenças regionais quanto aos resultados obtidos sobre os locais de consumo do crack e/ou similares. Temos que cerca de 80% dos usuários dessa substância a utiliza em espaços públicos, de interação e circulação de pessoas, ou em locais possíveis de serem visualizados/visitados “facilmente” por não se tratarem de espaços privados.

Ressalta-se que esse resultado não indica que esse é o percentual de usuários de drogas que vivem nas ruas ou sem moradia fixa, mas reforça a ideia de que realizar inquéritos domiciliares tradicionais para estimação do número de populações ocultas, como a de usuários de crack e/ou similares, subestimaria o número real desses indivíduos, uma vez que esses métodos, por perguntarem diretamente ao respondente sobre o seu próprio uso de drogas, dificilmente conseguiriam encontrar esses usuários em seus domicílios no momento de realização das entrevistas.

Figura: Estimativas do percentual de usuários de "crack e/ou similares" que consomem de forma regular nos últimos 6 meses em locais públicos/visíveis, nas capitais do Brasil, segundo macrorregião e Brasil.



Apesar disso, para avaliarmos o quanto o método direto (tradicional) e o método indireto (NSUM) diferem com relação às estimativas de populações vulneráveis, incorporamos em nosso questionário perguntas referentes ao uso de drogas por parte do entrevistado (metodologia direta), de modo a estimar o número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país em 2012.

Nas comparações entre o método NSUM e o método direto, nos valem de um “fator de correção”, uma vez que a estimativa gerada pelo NSUM se refere a usuários independentemente da idade, e no método direto, as respostas se referem exclusivamente ao consumo por parte dos próprios entrevistados, todos maiores de 18 anos (em sintonia com os preceitos éticos aprovados para o estudo). Como a proporção estimada de menores de idade varia entre as regiões, foram calculados fatores de

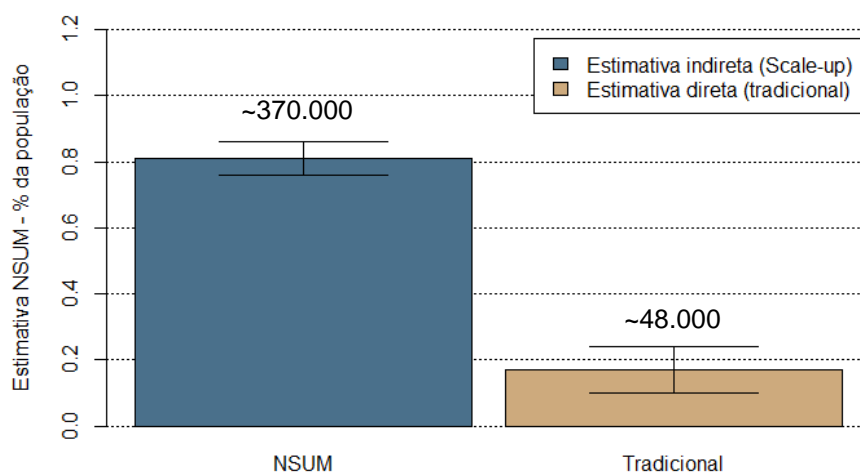
correção para cada um destes grupos. Esses fatores foram então aplicados às estimativas previamente geradas pelo método direto e são aqui apresentadas corrigidas, possibilitando, assim, a comparação das estimativas entre os dois métodos.

Fator de correção	Capitais					
	Brasil	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul
	1,14	1,11	1,19	1,10	1,12	1,09

Nota: Para considerar este fator de correção, foi utilizada a estimativa gerada no método NSUM de menores de 18 anos que consumiam de forma regular crack/similares (pois era a única estimativa sobre idade).

Como dito anteriormente, pelo método NSUM estimou-se nas capitais do país cerca de 370 mil usuários regulares de crack e/ou similares. Valendo-se da metodologia tradicionalmente utilizada em inquéritos domiciliares (direta), a estimativa gerada foi de cerca de 50 mil usuários. Ou seja, a estimativa de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país gerada pela metodologia tradicional é 6 vezes menor do que a obtida pelo método NSUM.

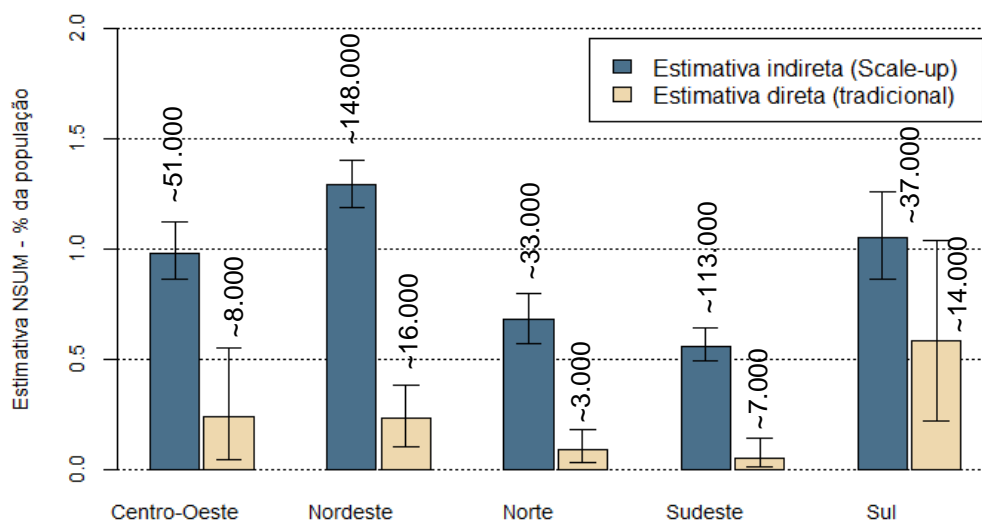
Figura: Comparação de estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de "crack e/ou similares" geradas por meio dos métodos Scale-up (indireto) e Tradicional (direto), nas capitais do Brasil, 2012.



Observa-se que o método direto subestima o número de usuários de crack e/ou similares em todos os grupos de capitais regionais. Esta diferença foi mais pronunciada na região Norte. Se utilizássemos metodologia tradicional apenas, encontraríamos que, nas capitais do Norte, o número de usuários de crack e/ou similares seria inferior a 3 mil indivíduos. Já por meio do método NSUM estima-se esse número como sendo de, aproximadamente, 33 mil pessoas.

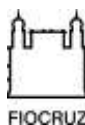
Os resultados apresentam essas diferenças tão pronunciadas uma vez que o método tradicional só consegue alcançar populações regularmente domiciliadas, uma vez que apenas essas são passíveis de serem selecionadas para serem entrevistadas neste tipo de estudo. Já o método NSUM consegue contabilizar além dessas, as populações que vivem nas ruas ou em abrigos, por exemplo. Nessa metodologia, não importa se o usuário está em sua residência ou não. O que se questiona é o comportamento dos indivíduos pertencentes à rede de contatos do respondente, e não dos próprios. Além disso, com a metodologia NSUM estamos reduzindo o viés de informação que é gerado pelo mascaramento de informações de comportamentos estigmatizados e/ou criminalizados dos respondentes.

Figura: Comparação de estimativas do uso regular nos últimos 6 meses de "crack e/ou similares" geradas por meio dos métodos Scale-up (indireto) e Tradicional (direto), nas capitais do Brasil, por macrorregião, 2012.



Assim, o estudo revela a dimensão do atual problema do consumo de crack e/ou similares nas capitais do país e pode ser visto como uma linha de base (*baseline*) para estudos futuros com a utilização de mesma metodologia, com o propósito de gerar séries históricas consistentes e confiáveis.

Além disso, a partir dele, é possível pensar em políticas públicas que levem em consideração, por exemplo, as diferenças quantitativas em cada macrorregião para fins de elaboração e implementação de estratégias de prevenção, de tratamento e afins. Ao mesmo tempo, resta evidenciado a importância de estratégias voltadas para a população de crianças e adolescentes, apesar dessa população não constituir a maior parte de consumidores regulares de crack e/ou similares nas capitais do Brasil.



Ministério da
Saúde

Secretaria Nacional de
Políticas sobre Drogas

Ministério da
Justiça

